

106

ARTIGO

POR QUE NÃO UM
FILHO DE JOANES?
ARQUEOLOGIA E
COMUNIDADES LO-
CAIS EM JOANES,
ILHA DE MARAJÓ

Denise Pahl Schaan¹

Fernando Luiz Marques²

1_ Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Rua Augusto Correa, 1. Campus Guamá, CEP 66075-110, Belém, PA. e-mail: denise@marajoara.com

2_ Museu Paraense Emílio Goeldi, Coordenação de Ciências Humanas,
Av. Perimetral, 1901, Terra Firme, CEP 66075-110, Belém, PA. e-mail: fernando@museu-goeldi.br

RESUMO

Durante seis meses, uma equipe de arqueólogos desenvolveu um projeto de arqueologia pública em uma vila localizada na costa leste da ilha de Marajó, com o objetivo de estudar e preservar a herança arqueológica local. Durante o desenvolvimento daquele trabalho, que envolveu a participação da comunidade em todo o processo decisório e atividades, os arqueólogos enfrentaram diversos desafios relacionados à política local, conflitos no interior da comunidade, e algumas demandas locais inesperadas. Aqui apresentamos o projeto e as várias situações criadas durante seu curso, de maneira a discutir comunidade, paisagem, memória, os usos do passado, e a experiência de trabalhar com comunidades.

ABSTRACT

During six months, a team of archaeologists developed a public archaeology project in a small village town in Marajó Island eastern coast, aimed at studying and preserving the local archaeological heritage. During the course of that work, which involved community participation in all decision-making processes and activities, archaeologists faced several challenges related to local politics, intra-community conflicts, and unexpected local demands. Here we present the project, and the various situations created during its course, in order to discuss community, landscape, memory, uses of the past, and the experience of working with communities.

INTRODUÇÃO

O convívio com comunidades locais durante o desenvolvimento de qualquer pesquisa arqueológica na Amazônia é uma realidade constante, pois as preferências dos grupos humanos por morar em determinados locais parecem ter pouco se alterado nos últimos milênios. São locais em geral considerados propícios por sua elevação, a salvo dos alagamentos periódicos durante o inverno amazônico, por possuírem visão privilegiada do entorno, ou por estarem próximos a zonas de recursos naturais e, portanto, possibilitarem a captação de alimentos com maior facilidade e segurança. Na Amazônia, há ainda outras razões para que as populações contemporâneas ocupem locais de antigas aldeias indígenas: o solo dessas é extremamente fértil (a chamada terra preta de índio) e há muitas árvores frutíferas e palmeiras que se desenvolvem nos locais de antigas roças, tornando esses locais extremamente convidativos.

Não raro, arqueólogos investigam sítios arqueológicos onde há vilas, casas, roças, pastos e empreendimentos econômicos que, na contemporaneidade, indicam o reaproveitamento de antigas paisagens com a conseqüente resignificação desses lugares, através da construção de memórias que englobam também os bens arqueológicos (Cabral e Saldanha, 2009; Schaan, 2006; 2009). O desenvolvimento dos projetos de pesquisa arqueológica, nesses contextos, depende, em grande medida, da capacidade dos arqueólogos de estabelecerem relações cordiais com essas populações, relações essas que lhes permitam desenvolver a bom termo seu trabalho. Percebe-se, entretanto, que, historicamente, os arqueólogos estabeleceram relações assimétricas com essas comunidades, impondo a execução de seus projetos independente de sua aceitação formal, por força do poder que detêm enquan-

to cientistas portadores de uma autorização federal, concedida pela gerência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Surgindo na década de 1930, o IPHAN é um órgão criado durante o governo nacionalista de Getúlio Vargas a partir de uma visão paternalista e autoritária de patrimônio, privilegiando principalmente o patrimônio material edificado (antigas construções coloniais), cuja importância e significado eram decididos em função dos interesses da intelectualidade e da classe dominante branca (para uma discussão sobre esse período, ver Lima, 1988). Na última década, entretanto, o quadro se alterou, tanto por força de novas políticas culturais no país, voltadas à valorização também das manifestações e herança cultural de grupos historicamente subordinados, como pela própria pressão dos arqueólogos. Com a obrigatoriedade da realização de estudos de impacto ambiental - e no âmbito de diagnósticos e salvamentos arqueológicos - multiplicaram-se as pesquisas arqueológicas em todo o país; o IPHAN foi então obrigado a atender de maneira mais efetiva às demandas arqueológicas, e ficou patente a incapacidade do órgão de lidar com todos os problemas relativos à proteção do patrimônio arqueológico e seu gerenciamento. A portaria nº 230 do IPHAN, de 2002, que fornece as diretrizes para a realização de laudos arqueológicos em Estudos de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) exige a realização de programas de educação patrimonial a serem levados a termo como parte dos programas de arqueologia preventiva, financiados pelas grandes empresas. Devido às carências do instituto em termos financeiros e de recursos humanos, os dirigentes do instituto, hoje, tem claro que necessitam do apoio das comunidades locais para preservação dos sítios, e passaram a exigir dos arqueólogos,

que, de alguma forma, contemplem as comunidades dentro de seus projetos de pesquisa, através da implementação de programas de educação patrimonial. Sem diretrizes claras, entretanto, sobre o que significa a educação patrimonial e os resultados que se esperam desses programas, muitos deles reproduzem tradicionais maneiras autoritárias e não-inclusivas de educação (Schaan, 2007). Em princípio, tais programas não se descolaram de uma atitude paternalista e autoritária, assim como de uma visão elitista sobre o quê e como preservar. Na prática, são os arqueólogos que impõem sua noção de patrimônio, através de educadores que muitas vezes estão pouco familiarizados com a arqueologia (Bezerra, 2003a).

Uma atitude mais reflexiva e voltada à sociedade, entretanto, começa a ganhar espaço no Brasil (Bezerra, 2003b; Funari, 2004; Hilbert, 2006; Pyburn e Bezerra, 2006). Algumas poucas vezes dissonantes partem de arqueólogos que experimentam a realização de projetos de arqueologia pública, através dos quais procuram envolver as comunidades locais em seus projetos, incorporando suas vozes e provendo espaços de

ação conjunta (Cabral e Saldanha, 2009; Green, Green e Neves, 2003; Heckenberger et al., 2003; Robrahn-González, 2006; Silva et al., 2007). As experiências são valiosas, mas ainda tímidas e em número reduzido; portanto, há um longo caminho a percorrer.

Nesse artigo pretendemos contribuir para a reflexão sobre as relações entre arqueólogos e comunidades locais relatando uma experiência de arqueologia pública na ilha de Marajó. Não a apresentamos como uma experiência exemplar, ao contrário, discutimos os problemas e dificuldades que ali surgiram e que, acreditamos, devem ser enfrentados em qualquer processo de construção de parcerias entre cientistas e moradores do entorno de sítios arqueológicos em busca de soluções para os desafios que a preservação do patrimônio arqueológico nos coloca.

A EXPERIÊNCIA EM JOANES A PROPOSTA INICIAL

Ao final de 2005 decidimos desenvolver um projeto de arqueologia pública em uma comunidade de 2.000 habitantes, situada na costa leste da Ilha de Marajó (Figura 1), onde há um sítio arqueológico com remanescentes arquitetônicos do século XVII. O projeto se chamou “Preservação, Conservação, Pesquisa e Educação Patrimonial no Sítio Histórico de Joanes”, e tornou-se possível através da parceria estabelecida entre o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a FIDESIA - Fundação Instituto para o

Arquitetônicos do século XVII. O projeto se chamou “Preservação, Conservação, Pesquisa e Educação Patrimonial no Sítio Histórico de Joanes”, e tornou-se possível através da parceria estabelecida entre o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a FIDESIA - Fundação Instituto para o

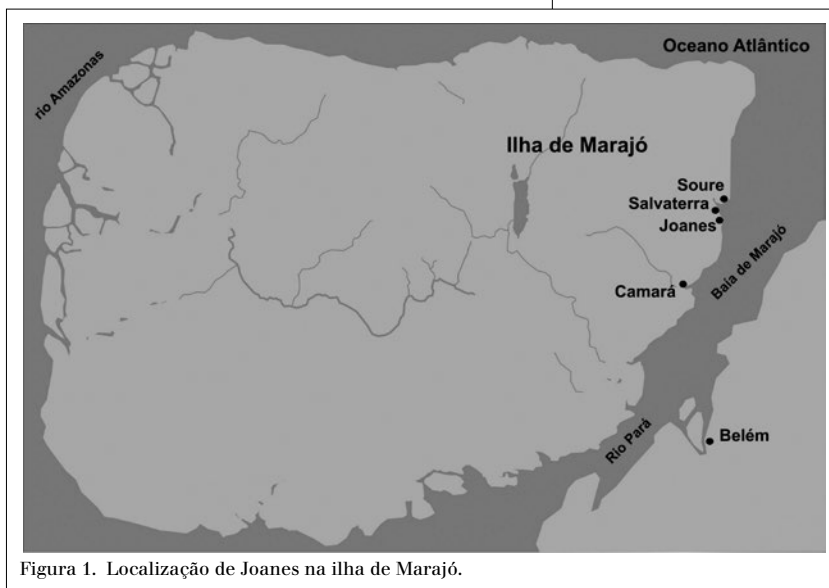


Figura 1. Localização de Joanes na ilha de Marajó.

Desenvolvimento da Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu do Marajó. O projeto foi proposto como uma ação emergencial, financiada pelo IPHAN, atendendo a uma série de problemas e denúncias envolvendo aquele sítio. O projeto visava à proteção, preservação e estudo preliminar do sítio arqueológico PA-JO-46: Joanes, localizado na vila de mesmo nome. Havendo recursos disponíveis para a execução do projeto, resolvemos aceitar o desafio de realizar pela primeira vez uma pesquisa envolvendo a comunidade. Acreditávamos que, envolvendo a comunidade no projeto desde o início, dando-lhes voz e poder decisório, poderíamos comprometê-los com a preservação do sítio, ao estabelecer um elo entre a comunidade e o patrimônio arqueológico (Shackel, 2004). Tínhamos consciência, ainda, de que o projeto estava limitado pelo montante de recursos e pelo exíguo tempo de execução de seis meses. Encara-

mos como uma primeira fase do projeto, experimental.

O sítio arqueológico de Joanes se compõe principalmente pelos remanescentes arquitetônicos de uma igreja/missão franciscana construída na primeira metade do século XVII, no contexto da colonização portuguesa da ilha. As ruínas da igreja vinham sendo alvo de constantes depredações, com a retirada dos blocos de pedra e, recentemente, pichações. Além disso, durante a construção de casas no entorno e especialmente uma praça erigida sobre a área onde estavam soterrados outros remanescentes da antiga vila colonial, surgiram fragmentos de louças, faianças, moedas e balas de canhão, que foram levados por moradores e turistas (Figura 2).

As atividades dentro do projeto tinham por objetivo envolver a população local, assim como os dirigentes do governo local (a Prefeitura do Município de Salvaterra, do

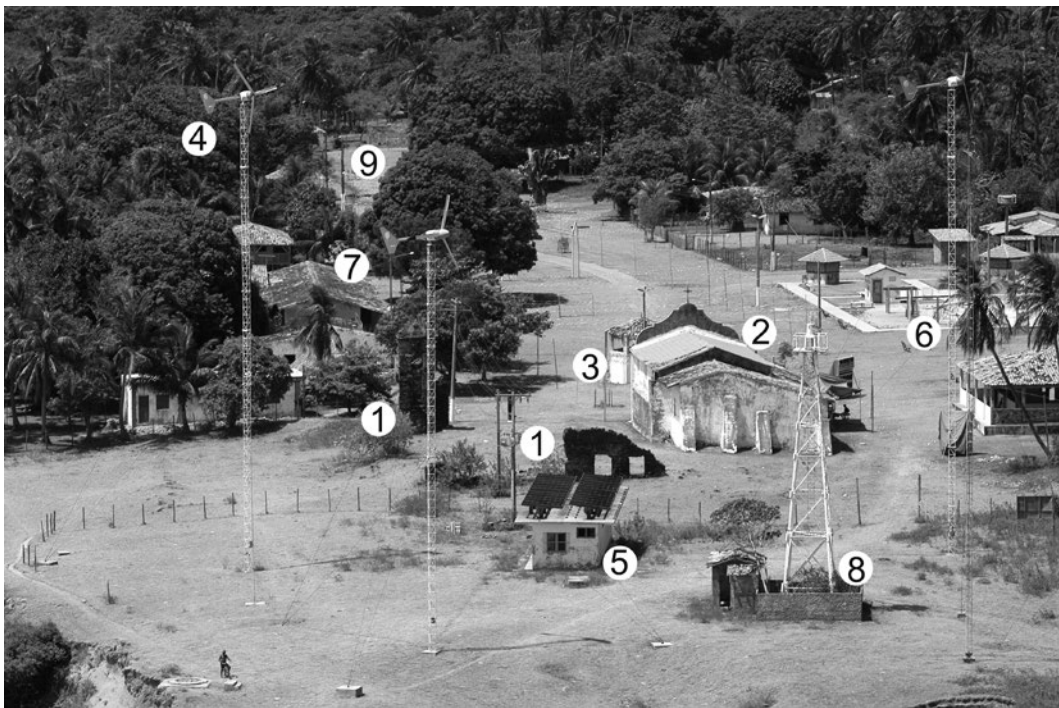


Figura 2. Vista geral de Joanes: (1) Ruínas da igreja; (2) Igreja nova; (3) Coreto; (4) Cataventos; (5) Prédio da Celpa; (6) Praça; (7) Escola; (8) Farol; (9) Poço. Foto de João Ramid, novembro de 2004.

qual a vila de Joanes é distrito), no sentido de buscar estabelecer um vínculo entre instituições públicas e privadas, pesquisadores e comunidade, visando uma gestão compartilhada, a médio e longo prazos, do patrimônio arqueológico da vila de Joanes.

Joanes é uma vila de pescadores muito apreciada por turistas por sua natureza agreste e por ser um local pacato, com pouco movimento e construções tradicionais. Apesar da pequena população (2.000 habitantes), quase oito mil pessoas frequentam a vila, que fica à beira da baía de Marajó, no mês de julho, início do verão amazônico. O acesso se dá principalmente por via fluvial, a partir de Belém, com os navios aportando no porto marajoara de Camará, de onde é necessário tomar um transporte terrestre para chegar até a vila. A economia local caracteriza-se pela pecuária, extrativismo vegetal, agricultura, pesca e turismo.

UM POUCO DA HISTÓRIA DE JOANES

Durante boa parte do período colonial, Joanes teve grande importância econômica e geopolítica para o governo português. A ilha era denominada na época de “Ilha Grande dos Joanes”, pois Joanes eram chamados os membros de uma das grandes nações indígenas da ilha. Localizada em um dos pontos mais elevados da ilha, na baía de Marajó, de Joanes podia-se controlar a entrada de navios estrangeiros que buscavam acesso a Belém e aos rios Tocantins, Xingu e Amazonas.

Durante o século XVI, os portugueses estavam mais preocupados em administrar seus empreendimentos econômicos e exercer seu domínio político na costa leste do Brasil, e não tinham como evitar que companhias de comércio inglesas, holandesas e francesas fizessem comércio com os líderes indígenas na foz do Amazonas (Lima, 2006; Lopes, 1999a). Para conquistar a ilha, os

portugueses tiveram que expulsar esses europeus e promover a vinda de missionários, que utilizavam a mão-de-obra indígena para atividades extrativas. A dominação dos portugueses foi em parte facilitada pela situação de conflito entre grupos indígenas dentro da própria ilha. O interior era ocupado pelas nações Nheengaibas, entre as quais estavam os Joanes que teriam vindo para a costa leste fugindo da perseguição dos Aruans (Ferreira, 1974; Vieira, 1992). Os Aruans haviam chegado à ilha vindos do norte, por volta do século XIV (Meggers e Evans, 1957), e faziam guerra às diversas nações indígenas que lá habitavam. Ao expulsarem os Aruans da vila dos Joanes, e utilizando a intermediação do Padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, os portugueses conseguiram que os índios aceitassem os termos de paz propostos por eles. Os Nheengaibas acabam fazendo uma aliança com os portugueses em 1653 (Vieira, 1992), e diversas missões religiosas são então implantadas no arquipélago de Marajó, levando à desagregação das sociedades indígenas e seu decréscimo numérico, principalmente por causa da disseminação das doenças europeias para as quais os nativos não possuíam defesas. Na vila dos Joanes estabelecem-se os franciscanos, que ali constroem sua missão. A ilha torna-se uma Capitania e diversas outras construções para administração e defesa são feitas no entorno da missão. Nesse momento o local passa a se chamar Monforte (Ferreira, 1974).

Em meados do século XVII estabelece-se em Joanes o pesqueiro real, que abastecia de peixes (especialmente tainhas), tartarugas, banha de tartaruga e outros gênero o mercado de Belém. As tainhas salgadas eram usadas também para pagamento dos índios e soldados não só da ilha, mas de parte da cidade de Belém, antes da circulação das moedas de metal. No início do século XVIII,

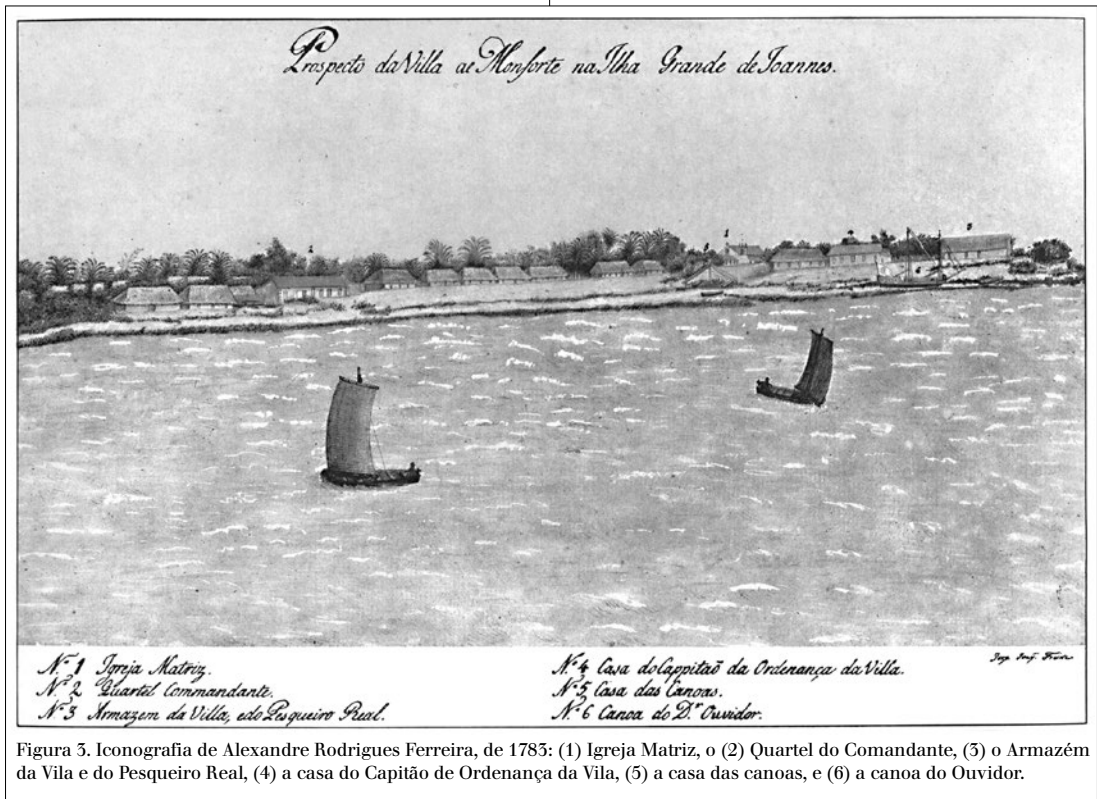


Figura 3. Iconografia de Alexandre Rodrigues Ferreira, de 1785: (1) Igreja Matriz, o (2) Quartel do Comandante, (3) o Armazém da Vila e do Pesqueiro Real, (4) a casa do Capitão de Ordenança da Vila, (5) a casa das canoas, e (6) a canoa do Ouvidor.

entretanto, há uma crise de produção no pesqueiro e nas salinas próximas, o que faz com que as missões adotem a criação de gado como alternativa econômica, que se consolida, tornando-se importante na economia até hoje. Paulatinamente, Joanes decai também em importância política, até que, em 1750, uma grande epidemia de sarampo mata 144 indígenas na Missão. Em 1757, Monforte é elevada à categoria de vila e em 1764 já não pertence à ordem dos capuchos de Santo Antonio, quando então tinha 67 casas e 529 habitantes, entre brancos, mamelucos e índios (Ferreira, 1974; Schaan et al., 2006) (Figura 3).

Em 1800, a produção de gado da ilha já abastecia todo o estado. Com a saída das ordens religiosas e a extinção do pesqueiro real as outrora importantes vilas de Joanes, Monsarás e Condeixa, entram em decadência. Um registro de 1885 dá conta de que naquele ano a aldeia de Joanes se encontrava

abandonada, por falta de moradores (Ferreira Penna, 1973). Imagina-se que, sem moradores, o tempo se encarregou de destruir a igreja, começando pelo telhado, que acabou desabando, restando apenas as paredes. Anos depois outra igreja foi construída (provavelmente já no final do século XIX¹), aproveitando-se duas paredes da antiga igreja de pedra. Com o tempo, as demais paredes da igreja de pedra foram sendo removidas ou desabaram.

A reocupação efetiva de Joanes se deu no início do século XX, por famílias de pescadores. Na metade do século XX a vila foi oficialmente subordinada ao município de Salvaterra. Dos tempos da missão restaram as ruínas da igreja – partes de paredes, o campanário e alguns alicerces expostos, assim como dois poços feitos de pedra, e os

¹-Não encontramos informações sobre quando foi construída a atual igreja, consta nela apenas a data de 1908, quando teria acontecido a primeira reforma.

remanescentes dos antigos currais de peixes junto à praia. O largo em frente à igreja nova não foi ocupado, mas permaneceu como uma grande praça ao redor da qual foram construídas residências e uma escola municipal.

ANTECEDENTES DO PROJETO

Em 1986, iniciou-se uma pequena reforma nos fundos da escola, para a construção de banheiros. Os operários encontraram então o que parece ter sido um antigo lixão da vila de Monforte, de onde desenterraram fragmentos de cerâmica indígena, ossos de animais, moedas e louças. Foram então chamados arqueólogos do Museu Goeldi, de Belém, que recolheram os materiais encontrados e fizeram algumas sondagens, delimitando a área de dispersão do material arqueológico. Dentre o material coletado identificaram fragmentos de faiança portuguesa do século XVII, porcelana chinesa, duas moedas portuguesas cunhadas em 1753, e diversos fragmentos de cerâmica (indígena e colonial), metais e ossos. A partir desse trabalho, o sítio arqueológico foi registrado com o nome de PA-JO-46: Joanes, seguindo as normas de cadastro do IPHAN. O relatório produzido (Costa Neto, 1986) indicava a importância histórica do local e recomendava a continuidade da pesquisa, preservação das ruínas da igreja, a montagem de uma exposição no local e o tombamento oficial da área. O trabalho, entretanto, não teve continuidade.

Em 1998, um aluno de Mestrado realizou um levantamento topográfico e arquitetônico no sítio, registrando as estruturas de pedra ainda visíveis e mapeando a extensão da ocupação indígena pelas evidências encontradas em superfície (Lopes, 1999a). O relatório de pesquisa (Lopes, 1999b) enfatizava a ocupação indígena como componente importante, ressaltava a importância do

sítio e recomendava ações imediatas de preservação, ressaltando que as intempéries, o trânsito de animais e as construções estavam comprometendo as estruturas visíveis e que um estudo e a preservação das ruínas deveriam ser priorizados, com sua adequada sinalização. Naquela época existia sobre a área do sítio um projeto de geração de energia eólica; a companhia estatal de energia elétrica (CELPA) havia construído junto às ruínas um prédio, e instalado diversos cataventos; esse projeto experimental, entretanto, nunca chegou a produzir energia para a vila, sendo desativado poucos anos depois.

Em 2004, um vereador teve a infeliz ideia de aproveitar o espaço do largo em frente à igreja para construir uma praça, com verbas da Câmara dos Deputados. Durante a escavação para as obras, juntamente com a terra removida, apareceram vários objetos de cerâmica, moedas de cobre e prata que foram recolhidos por pessoas do local e mesmo vendidos a turistas que passavam. Um morador local denunciou o fato ao IPHAN, que, devido à burocracia e despreparo do superintendente regional na ocasião, solicitou ao Museu Goeldi, com sete meses de atraso, um arqueólogo para averiguar o local. Quando lá chegamos encontramos a praça já construída sobre o sítio. Além disso, verificamos que a situação no local estava agora bastante agravada: havia pichações sobre as paredes dos remanescentes arquitetônicos da igreja de pedra, propaganda política, retirada de pedras, trânsito excessivo sobre a área da antiga missão, assim como o tráfico de material arqueológico (Schaan e Silva, 2004).

Os moradores também se preocupavam com a situação, tanto é que chamaram o Ministério Público para denunciar os diversos problemas envolvendo o meio ambiente e o patrimônio histórico, especialmente a existência dos cataventos do projeto de geração

de energia eólica, já desativado. A partir dessa reunião, o Ministério Público Federal exigiu da CELPA que os cataventos fossem retirados, o que foi efetivamente feito. Entretanto, o prédio permaneceu, assim como os suportes de concreto nos quais os cataventos eram fixados. Pressionado pelas denúncias, ao final de 2005 o IPHAN disponibilizou uma verba para a realização de uma ação emergencial no sítio e convidou-nos para coordenarmos o projeto. A ideia do projeto seria produzir conhecimento sobre o sítio arqueológico, realizar um diagnóstico da situação, colocar sinalização e propor ações de salvaguarda.

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO E AS NEGOCIAÇÕES COM OS MORADORES

Pensamos, juntamente com a superintendente do IPHAN, que qualquer ação efetiva de estudo e proteção ao sítio arqueológico deveria envolver a comunidade. Por isso, após contatos iniciais com líderes comunitários, uma reunião aberta foi convocada em Joanes, da qual participaram a equipe do projeto, vereadores e diversos membros da comunidade, somando cerca de 40 pessoas. Essa reunião, assim como todas as subsequentes, foi realizada na escola local, sendo sempre convocada pela Associação de Moradores através de cartazes, rádio e anunciada por carro com alto-falante. A essas reuniões compareceram entre 20 e 80 pessoas, ou seja cerca de 4%, no máximo, da população da vila. Essas pessoas eram principalmente os líderes comunitários, os comerciantes, algumas professoras, artesãos, pessoas ligadas à igreja local, e dois vereadores (esses últimos compareceram apenas na segunda e na última reuniões).

Na segunda reunião formou-se uma comissão de pessoas da comunidade que teria a função de organizar e representar a comunidade quando necessário. A comissão foi for-

mada pela diretora da escola e outras cinco mulheres. Nessa ocasião, uma delas ofereceu uma casa que estava vazia para pernoite da equipe. Apresentamos o que pensávamos deveria ser o projeto, falamos sobre o histórico do sítio no que tange às ações do Museu Paraense Emílio Goeldi (em 1986 e 1998), e comentamos sobre a construção da praça, que teria sido irregular, pois feita sobre o sítio e sem autorização do IPHAN - o que desagradou o vereador que havia obtido a verba para a construção da praça e estava presente à reunião. Isso gerou uma discussão sobre a praça. As pessoas externaram opiniões diferentes sobre a praça, alguns achavam a obra importante, outros não. Com uma coisa, entretanto, todos os moradores concordavam: queriam que todo o material arqueológico encontrado durante a execução do projeto ficasse sob sua guarda, na vila. Falou-se sobre a necessidade de ser construído um museu ou memorial e sobre o envolvimento da escola em todo o processo.

Durante cinco meses, realizamos cinco etapas do trabalho (com duração de 10 a 15 dias cada), sempre mediada por reuniões e participação da comunidade. Já no primeiro mês, a diretora da escola solicitou orientações sobre como proceder com relação a novas obras que seriam realizadas na escola. Realizamos então o acompanhamento arqueológico das obras, salvando o material encontrado, que foi limpo e selecionado na própria escola. Aproveitando nossa estada na vila em janeiro, outro morador solicitou acompanhamento dos arqueólogos para a colocação de esteios para construção de uma cerca, em terreno localizado próximo ao salão paroquial. Durante ambas as construções foram encontrados fragmentos de cerâmica, faiança, vidro, metal e material construtivo, ficando claro que aquela parte da vila estava assentada sobre o sítio arqueológico.

Alguns moradores participaram mais ativamente desses momentos, enquanto que outros só vinham às reuniões. Foram realizadas escavações na área da igreja de pedra (Figura 4) e depois foi montado um laboratório de limpeza, triagem do material e classificação no centro paroquial, ao lado da igreja nova. Foi também feita a delimitação do sítio, que teve como meta estabelecer a área de dispersão do material arqueológico em sub-superfície, produzindo informações que viessem a subsidiar a colocação de sina-



Figura 4. Escavações. Foto de João Ramid, março de 2006.

lização para proteção do sítio, criar parâmetros para a construção de novas instalações e prédios, assim como indicar locais onde deveriam ser feitas investigações no futuro. Em levantamento realizado em 1998, Lopes (1999) apontou uma grande área que engloba a praça, os poços e os acessos como fazendo parte do sítio arqueológico colonial e

pré-colonial. Apesar de sabermos que toda aquela área foi habitada no passado, e possivelmente conteria ainda em subsolo testemunhos importantes, não seria possível tratar tudo da mesma maneira, ou seja, restringir por completo o acesso de veículos e proibir construções em todos os lugares. Por isso entendemos ser importante conhecer melhor a distribuição de material arqueológico em subsolo (durante sua pesquisa, Lopes não fez escavações ou tradagens) para podermos propor uma estratégia de sinalização e proteção que efetivamente protegesse áreas importantes do sítio e liberasse áreas menos críticas para o acesso de pessoas e veículos.

Após iniciado o projeto, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), contactou-nos e à comunidade para o estabelecimento de uma parceria, pois tencionavam implementar um projeto turístico no local. O Sebrae pretendia incluir Joanes no roteiro turístico da ilha, o que implicava em explorar as potencialidades locais: eles viam a possibilidade de construir uma trilha ecológica para caminhadas, assim como disciplinar a visitação ao sítio arqueológico. Foi-nos solicitado, tanto pelos moradores quanto pelo Sebrae, que fornecêssemos, no menor tempo possível, informações sobre o histórico do sítio para que pudessem organizar o roteiro turístico informando sobre os principais pontos de atração.

A produção desse histórico, entretanto, gerou uma situação inusitada. Dentro do projeto contávamos com um historiador que estava fazendo levantamento de documentos históricos no arquivo público municipal, em Belém, para, através dos documentos, encontrar informações sobre a história de Joanes durante o período colonial. Essas informações seriam contrastadas com o registro arqueológico. O Sebrae, por

seu turno, trabalhava com um cronograma próprio e necessitava das informações com urgência. Logo, um dos moradores que fazia parte da comissão organizada em função das demandas do Sebrae, elaborou por conta própria um histórico do local, mesclando informações de folhetos turísticos (que por sua vez não eram confiáveis) e internet, com estórias locais. Por exemplo, ele incluiu no histórico que o poço de pedra retangular, que ficava próximo à praia, era o poço usado pelos escravos, enquanto o poço existente junto ao largo em frente à igreja era o poço dos portugueses. De onde teria saído essa informação não sabíamos e tendo em vista o fato de que todos os moradores locais tinham chegado durante o século XX, muito depois da abolição da escravatura, duvidávamos que se tratasse de uma memória com algum traço de historicidade. Assim como essa, diversas outras estórias, que davam conta de potes de moedas de ouro encontradas no espaço do sítio, assim como a existência de túneis secretos, eram contadas aqui e ali. Algumas pessoas era apontadas como as que “sabiam” a respeito dos túneis e escavações de ouro e eram chamadas para que nos repetissem as estórias. A capacidade de reter essas memórias, nesse contexto, funcionava com um poderoso recurso de construção identitário (Meneses, 1984; Santos, 1998) e diferenciava Joanes de outras localidades, tornando-a especial aos olhos de seus moradores.

Quando nos reunimos com a comissão para discutirmos o roteiro turístico, fomos surpreendidos com aquele histórico pronto e tivemos que lidar com a difícil situação de ver confrontada nossa pesquisa e interpretação acadêmica com o senso comum e as estórias fantásticas gestadas na localidade. Combinamos então de produzir o histórico em conjunto e me propus a mesclar os dois documentos em um só, que depois seria dis-

cutido e aprovado pela comissão. Esse episódio nos colocou de maneira clara duas questões: (1) nosso tempo como pesquisadores não combinava com o tempo vivido pela comunidade. A pesquisa acadêmica costuma demorar anos, enquanto as pessoas do local tinham urgência em produzir conhecimento sobre o local; (2) apesar de nos respeitarmos como pesquisadores, os moradores locais não viam nossa história, que produzíamos através da arqueologia e dos documentos coloniais, como mais verídica do que as estórias produzidas localmente. Pelo fato de se aproximarem mais dos vestígios, tanto fisicamente, como sentimentalmente, seus discursos eram construídos cotidianamente e com eles teríamos que negociar (Najjar, 2002: 176)².

Tendo em vista a constante procura de nossa equipe por parte dos moradores para mostrar objetos arqueológicos que possuíam em casa e para contar suas memórias sobre o sítio arqueológico, uma das estudantes de antropologia vinculadas ao projeto, Hannah Fernandes, foi designada para visitar as casas e coletar depoimentos. Um dos nossos objetivos era também utilizar a informação oral para entender melhor o processo de formação do registro arqueológico local, além de reconhecer e valorizar a importância do saber local.

Por ser subordinada politicamente a Salvaterra, localizada a 17km dali, Joanes dependia para muitas coisas da sede do município e era em geral pouco contemplada pelo governo local. Até aquele momento, Joanes não era servida por uma linha regular de ônibus, e não tinha bancos, posto de saúde, farmácias ou delegacia. A associação de moradores constantemente levava reivindicações ao Prefeito, que só lhes devolvia pro-

2- Sobre a diversidade de interpretações a respeito dos vestígios arqueológicos e as relações entre arqueólogos e comunidades locais (nesse caso indígenas), ver Silva, Besspalez e Stuchi (2011)

messas. O projeto de arqueologia era visto pela comunidade como uma forma de crescimento político; grupos subordinados viam o patrimônio arqueológico local como arma importante na luta por se fazerem ouvir (Shackel, 2004).

O ENVOLVIMENTO DA ESCOLA LOCAL

Entendíamos que, além de trabalharmos com a comunidade de adultos, deveríamos trabalhar para envolver o público escolar, pois através das crianças poderíamos levar a discussão sobre patrimônio arqueológico para dentro de seus lares. A estratégia de usar a educação como forma de construir a coesão da comunidade em função de objetivos comuns tem sido cada vez mais utilizada em projetos que envolvem o público (Little, 2002).

Os trabalhos com professores e alunos ocorreram paralelos às reuniões com a comunidade e as atividades de escavação e análise do material arqueológico no laboratório montado no local. Em um primeiro momento visitou-se as salas de aula, expondo-se as várias etapas do projeto, através de uma linguagem adaptada aos diversos níveis de escolarização, oferecendo de modo didático informações sobre a arqueologia e o trabalho dos arqueólogos. A seguir os alunos foram convidados a visitar a área de escavações. Ali foi possível explicar e mostrar os métodos e técnicas do trabalho do arqueólogo. A receptividade foi muito boa, e as crianças participaram com entusiasmo das visitas. Na etapa de março, quando se realizou a análise do material arqueológico, voltou-se também ao contato com a escola da vila dando continuidade ao processo de discussão acerca de Educação Patrimonial, temática que já era trabalhada na escola como conteúdo transversal a várias disciplinas. Este trabalho seguiu com mais algumas visitas à escola e com conversas informais com alu-

nos e professores. Foi improvisado um *kit* contendo materiais arqueológicos escavados e já analisados. Esse *kit* tinha por objetivo proporcionar uma mostra da variedade do material ali encontrado, bem como suas diferenças de manufatura e matéria-prima. Com o *kit* em mãos, Ney Gomes, o museólogo da equipe, visitou as salas de aula fim de proporcionar o contato dos estudantes com o material arqueológico que eles haviam observado durante as escavações. Após uma sucinta exposição, os estudantes foram convidados a visitarem o laboratório improvisado montado perto do sítio, onde se mostrou os procedimentos de limpeza, classificação e análise do material; alguns alunos se apresentaram como voluntários para participar deste trabalho. O fato de montarmos o laboratório perto da escola fez com as visitas fossem constantes a qualquer hora do dia, o que criou uma sensação de maior proximidade entre arqueólogos e comunidade.

A(S) COMUNIDADE(S)

Com a intenção do Sebrae de envolver o sítio no roteiro turístico e devido ao fato de que o sítio arqueológico era realmente visitado por turistas trazidos por agências de viagens de Belém, a questão da preparação do sítio para visitação tornou-se um dos objetivos principais do projeto. No nosso entender, o turismo poderia render bons lucros à comunidade e dessa opinião partilhavam diversas pessoas que participavam do projeto. Mais tarde, entretanto, percebemos que as pessoas que estavam apoiando o projeto de musealização do sítio eram principalmente pequenos comerciantes e proprietários de pousadas, que lucravam com a vinda dos turistas. Para outros moradores, os turistas lhes eram indiferentes ou mesmo lhes desagradavam.

Um dos estudantes envolvidos no projeto era aluno do curso de Turismo da Univer-

sidade Federal do Pará de Soure, cidade localizada a cerca de 20 km dali. Em uma das ocasiões em que estávamos em Joanes, ele lotou um ônibus com alunos e alguns professores para uma visita ao sítio. Apresentamos para eles e para as pessoas da comunidade presentes os resultados parciais do projeto, assim como o material arqueológico encontrado. À palestra se seguiu um acalorado debate sobre o projeto e novamente se discutiu a questão da guarda do material arqueológico. O principal problema era encontrar um local para armazenar o material e possivelmente realizar uma pequena exposição permanente. Temporariamente o material estava sendo guardado tanto no salão paroquial quanto na escola, mas teria que ser removido para um local seguro ao término do projeto. Realizamos então, alguns dias depois, uma reunião especificamente para debater a guarda do material e encontrar soluções. Foi uma reunião na qual compareceram poucas pessoas; além dos pesquisadores e da comissão, estava presente um representante do Museu do Marajó, alguns moradores e comerciantes locais, somando no máximo 20 pessoas. Um pescador, já idoso, não entrou na sala, mas permaneceu assistindo à reunião da janela.

Passamos a debater então as diversas possibilidades de locais para guarda do material arqueológico. Deveria ser um local seguro, sem umidade, com boa ventilação e condições de acomodação. Um comerciante disse que um conhecido seu, de Belém, que havia ouvido sobre o projeto, havia se oferecido para pagar o aluguel de uma casa, que poderia ser selecionada por nós, na própria vila. Enquanto faziam-se considerações sobre essa proposta, o pescador à janela interveio aos gritos: “E por quê não um filho de Joanes? Por quê alguém de fora? Por quê não um filho de Joanes?”

A resposta à sua pergunta era óbvia: os

“filhos de Joanes” era pescadores que não possuíam recursos para alugar uma casa, não tendo eles mesmos casas confortáveis para moradia, contrastando com as casas dos turistas. A maioria das demais pessoas presentes à reunião não quiseram prestar muita atenção a ele, achando até que estivesse bêbado, mas sua intervenção trazia pela primeira vez à tona uma situação de conflito interna à comunidade que ganharia dimensões até então inimagináveis.

Nas últimas décadas, Joanes tinha sido procurada por pessoas da cidade que queriam descansar das atribuições de suas vidas apressadas naquele recanto paradisíaco. O dono de um restaurante local, por exemplo, era um ex-bancário que, nos anos 1970, tinha trocado Belém pela vida pacata em Joanes. Mesmo vivendo lá há trinta anos, era considerado “estrangeiro” por muitos dos moradores locais. Havia, sem dúvida, uma tensão dentro da comunidade que ainda não tínhamos percebido. O dono do restaurante ressentia-se disso. A identidade “filho de Joanes”, como todo recurso identitário, não era absoluta e constante (Barth, 2000); tal identidade era acionada (Cohen, 1974) sempre que se tornava necessário deixar claro para aqueles que falavam em nome da “comunidade” que eles, afinal, não eram naturais dali. Havia certa animosidade contra alguns dos comerciantes e donos de pousadas, que eram justamente aqueles que mais nos apoiavam para o desenvolvimento do projeto. Além disso, percebemos que, entre a primeira e a segunda reunião realizadas, tinha havido eleição para a Diretoria da Associação de Moradores e que, apesar de nos relacionarmos bem tanto com a diretoria anterior quanto com a segunda, representantes da primeira deixaram de participar do projeto. Todos falavam em nome da “comunidade”. Conforme nos ensina Frúgoli (2003: 108), a comunidade é uma “espécie

de referência simbólica – desejada ou imaginada –, mas é preciso também enfocá-la como uma estratégia discursiva articulada a determinadas práticas concretas, vinculadas, por sua vez, a objetivos políticos, por vezes difusos, em outros casos, bastante definidos”.

Ao final da reunião ficou decidido que o melhor seria construirmos uma pequena casa, um memorial junto às ruínas, onde haveria uma pequena exposição e onde o material arqueológico poderia ser guardado.

O SÍTIO ENQUANTO PAISAGEM

A realização do projeto ganhou certa repercussão na mídia, com notícias em jornais e TV. Além disso, o Sebrae financiou a produção de um vídeo sobre a história do projeto, tendo sido documentadas as escavações, o trabalho em laboratório e algumas reuniões.

Fazia-se necessário debater e decidir com a comunidade sobre o paisagismo do sítio (Figura 5). Além do prédio da CELPA construído por conta do projeto dos cataventos, outras construções, na opinião dos arqueólogos e do IPHAN, prejudicavam a visão das ruínas e da praia, como era o caso do coreto que ficava em frente à igreja, e não fazia parte do conjunto colonial. Alguns moradores comentaram que, realmente, o coreto não tinha função e era usado por casais, à noite, para encontros furtivos. Foram apresentadas duas sugestões, uma de sua demolição e outra de sua remoção para outro local. Isso não ficou decidido, pois se avaliou que apenas após o resultado de prospecções e estudos na área do largo seria decidido o que fazer nessa área.

Discutiu-se também o que fazer com relação ao trânsito de veículos na área do largo. Todos concordavam que seria necessário restringir o trânsito com veículos e que as pessoas deveriam deixar seus carros em um

estacionamento e virem à pé até a área das ruínas. Um local propício para o estacionamento seria o local ao final da segunda rua, próximo ao poço de pedra. Pediu-se à Prefeitura que doasse o material e trabalhadores para a construção do estacionamento, mas nada ficou definido sobre o projeto arquitetônico. Algumas semanas depois, surgiu na vila um projeto, feito por um “arquiteto” local. Ele não era arquiteto de formação, mas tinha facilidades para o desenho e geralmente era chamado a produzir esse tipo de trabalho, do qual ele muito se orgulhava. O projeto foi enviado ao IPHAN para aprovação, e foi considerado “horroroso” pelos arquitetos, sendo encaminhado aos técnicos do órgão para uma solução mais “apropriada”. Enquanto isso, nos cobravam o estacionamento e dizíamos que o IPHAN estava “melhorando” a planta. Essa situação ilustra o fato de que não há, na concepção de patrimônio do órgão, um espaço para mediação e construção conjunta da noção de patrimônio. Ao mesmo tempo em que se requer a participação das comunidades locais na tarefa de proteger o patrimônio arqueológico, ainda não há espaço para discussão sobre as diferentes ideias sobre estética e patrimônio.

Entrementes, um técnico do IPHAN foi enviado para limpar as ruínas, retirando as pichações e os musgos. As técnicas de limpeza foram ensinadas aos funcionários da Prefeitura para que mantivessem as estruturas limpas, auxiliando em sua conservação. Além da limpeza, o Prefeito compro-



Figura 5. Reunião com a comunidade. Foto de João Ramid, março de 2006.

meteu-se a fornecer funcionários para segurança, mas não manteve suas promessas. Os funcionários só vieram nos primeiros dias e depois não retornaram.

A comunidade realmente esperava que a Prefeitura contribuísse com funcionários tanto para a limpeza quanto para a vigilância do local, pois afinal os moradores pagavam seus impostos e queriam que o poder municipal aplicasse também os recursos financeiros em Joanes.

O FINAL DO PROJETO

Terminadas as etapas principais do projeto, a ideia era de que a própria comunidade, com apoio da Prefeitura de Salvaterra, desse continuidade às ações ali iniciadas. Quando voltamos a Joanes em julho de 2006, reunimos com as pessoas da comissão, que tinham várias queixas quanto ao descaso da Prefeitura com relação ao sítio. Os presentes manifestaram sua preocupação quanto à falta de limpeza das ruínas, pela necessidade de construírem o estacionamento, pela falta de perspectiva com relação à construção do memorial, pela iluminação no sítio, limpeza dos poços e demolição da casa da CELPA. Tudo isso havia sido discutido e planejado, mas tudo o que dependia da Prefeitura estava paralisado. Além disso, expressaram sua preocupação pelo fato de que dali a alguns dias seria realizada uma festa, com a colocação de barracas sobre o largo em frente à igreja. O SEBRAE havia deixado com a comunidade, ainda, a cópia de um documento apresentado à Prefeitura, no qual listavam diversos problemas que deveriam ser solucionados para que o roteiro turístico pudesse ser implementado. Claramente a visibilidade que a comunidade havia ganhado na mídia com a realização do projeto incomodava a prefeitura e principalmente o vereador que havia construído a praça sobre o sítio. Ele ressentia-se da pre-



Figura 6. Sinalização. Acervo do projeto, julho de 2006.

sença dos arqueólogos naquilo que seria seu “reduto eleitoral”, segundo suas próprias palavras. Por isso, no momento em que a Prefeitura era requisitada para colaborar, o Prefeito não negava, mas também não fazia.

Uma de nossas últimas responsabilidades dentro do escopo do projeto era a sinalização. O objetivo da sinalização era o de pensar o deslocamento de turistas e proporcionar informações relativas aos monumentos visíveis de forma a valorizá-los e protegê-los. Para a elaboração do projeto de Sinalização de Orientação Turística foram observadas as diretrizes do Guia Brasileiro de Sinalização Turística publicado pelo IPHAN juntamente com a EMBRATUR- Empresa Brasileira de Turismo e o DENATRAN-Dapartamento Nacional de Transportes.

Foi feita uma placa interpretativa para ser colocada em frente aos remanescentes arquitetônicos da igreja, composto de um título: “Joanes – sítio arqueológico” sobre uma tarja superior de coloração marrom; do

lado direito da tarja aparece a logomarca do IPHAN e do Governo Federal (Figura 6). Como ilustrações escolheu-se a iconografia produzida durante a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1783, onde vê-se a vila, dando-se destaque à figura da igreja. Ao lado desta figura colocou-se uma planta baixa do sítio e a posição em que se encontra o leitor da placa, com os dizeres “você está aqui”. Abaixo colocou-se o seguinte texto:

“Durante o período colonial, Marajó era chamada de ‘Ilha Grande de Joanes’, por ser habitada pelos índios Joanes. Sobre a aldeia indígena fundou-se a vila no século 17, onde foi erigida a igreja de pedra Nossa Senhora do Rosário, construída pelos índios e padres Capuchos de Santo Antônio. A igreja tinha três altares: um para a imagem de Nossa Senhora do Rosário, outro para o Jesus Crucificado e outro para Santo Antonio. Em 1754 a vila de Joanes passou dos missionários para a coroa portuguesa, passando a se chamar Monforte. A imagem que se vê acima da Vila de Monforte foi produzida em 1783, por ocasião da visita do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. A partir da baía avistava-se um alinhamento de casas feitas de barro e palha e algumas poucas construções de alvenaria, entre elas: 1. Igreja Matriz, o 2. Quartel do Comandante, 3. o Armazém da Vila e do Pesqueiro Real, 4. a casa do Capitão de Ordenança da Vila, 5. a casa das canoas, e 6. a canoa do Ouvidor. No século 19 Monforte foi abandonada, e o tempo se encarregou de destruir a igreja, da qual agora são visíveis a torre e algumas paredes e alicerces que restaram”.

Buscamos salientar na placa o fato de que a igreja foi “construída pelos índios e padres”, pois a história colonial (e para isso os monumentos colaboram) geralmente enfatiza muito a história das classes dominantes, esquecendo-se daqueles que construíram os monumentos. Também foram

produzidas outras três placas para serem colocadas em três pontos no largo, nos locais de acesso. A intenção destas placas seria a de sinalizar a existência do sítio arqueológico e solicitar às pessoas que deixassem seus carros para aproximarem-se à pé da área das ruínas. As placas e banners foram colocados no dia 27 de julho de 2006. Uma semana depois, tomamos conhecimento de que as placas tinham sido vandalizadas.

AS LIÇÕES DE JOANES

Essa breve experiência em Joanes é rica em situações que podem ser encontradas em qualquer projeto de arqueologia pública, por isso pensamos que valeria a pena explorá-las nesse artigo.

Conforme relatamos inicialmente, a ideia era envolver a comunidade no projeto, de modo a criar um elo entre ela e o passado arqueológico que a fazia responsável por sua preservação (Shackel, 2004). No entanto, o próprio uso da palavra comunidade, no singular, apesar de ser um termo utilizado pelos próprios moradores de Joanes, já indica um problema. A comunidade no singular não existe. Existem sim as pessoas, que possuem trajetórias diversas e algumas memórias coletivas, e se movem por interesses, em muitos momentos, divergentes. No caso de Joanes, o vereador que construiu a praça viu-se prejudicado politicamente ao ser questionado e acusado pela destruição do sítio arqueológico; a presença dos arqueólogos constituía-se em uma ameaça à sua liderança local e por isso ele buscou apoio junto à Prefeitura e entre alguns dos moradores para sabotar o projeto, o que resultou tanto no descaso do poder local instituído quanto na vandalização da sinalização. A comunidade era composta por grupos e facções rivais que disputavam o poder local – na forma de reconhecimento social ou capacidade de influenciar processos decisórios, em par-

te representando pela possibilidade de gerir a associação de moradores. A chegada dos arqueólogos trouxe mais um peso para a balança de poder. Em sua ignorância sobre a situação política local, os arqueólogos estiveram à mercê das facções locais que disputaram a relação com o estrangeiro como forma de obter poder de barganha nas disputas locais.

Sintomática foi ainda a manifestação de um antigo morador em uma das reuniões onde discutíamos a guarda do material arqueológico. Ao colocar-se contrário á possibilidade de uma pessoa de fora da localidade contribuir para a guarda do material arqueológico, o morador demonstrava que via seu espaço sendo invadido pelos “estrangeiros”. Pensava ele que, no momento em que o estrangeiro arcasse com a despesa de guarda do material arqueológico, descaracterizava-se o esforço e legitimidade local sobre aquele patrimônio. Além disso, as populações locais geralmente têm experiências negativas com pessoas de fora, que tendem a lidar com elas explorando-as ou comandando-as (Pyburn e Wilk, 2000).

Diversas foram também as concepções de paisagem que animaram as discussões. Os técnicos do IPHAN, assim como os arqueólogos, planejavam salientar as estruturas arquitetônicas remanescentes da igreja de pedra, retirando do entorno tudo aquilo que atrapalhava a visão do passado que as ruínas representavam. Já alguns moradores, acostumados ao local, não viam problema no prédio dos cataventos (que chegou a ser sugerido como possível local para o museu) ou mesmo no coreto, pois já estavam acostumados àquelas construções.

As muitas estórias que surgiram sobre o passado no qual o sítio estava envolvido mostraram a força que os objetos arqueológicos tinham sobre as construções das memórias locais. Muitos moradores já tinham

encontrado materiais arqueológicos nos seus quintais ou na praia, e todos aqueles objetos tinham sua história. Por exemplo, no imaginário local, na época da cabanagem o igarapé do Limão era a área onde os moradores antigos mais abastados jogavam fora objetos valiosos, como moedas e utensílios domésticos, para que não fossem roubados pelo governo local, contra quem os cabanos³ guerreavam. É a maneira como explicam o fato de que muitos objetos antigos são encontrados nestes locais. Nas estórias que circulam entre os moradores mais antigos de Joanes, sempre há referências à Cabanagem e muitos achados e acontecimentos de outras épocas são frequentemente confundidos com eventos da época da Cabanagem. Segundo Bezerra Neto (2001), a cabanagem foi recordada pelas elites brancas nas duas décadas que a sucederam (1840-1850) como uma época de anarquia. Cinco anos após seu término, marcas de balas e a destruição provocada por canhões ainda eram visíveis em vários prédios de Belém. O grande impacto social da Cabanagem, que repercutiu em todas as camadas da população pode explicar por quê, mais de um século e meio depois, em várias regiões do estado do Pará, as pessoas ainda reproduzem uma memória coletiva que relaciona objetos antigos com a época da Revolta dos Cabanos.

Durante o segundo semestre de 2006, apesar do fim de nossas atividades em Joanes e a desmobilização causada pela frustração com a falta de apoio da Prefeitura, conflitos internos na comunidade e vandalização da sinalização turística, alguns contatos ainda foram realizados entre pessoas da comunidade, nossa equipe e o IPHAN, na tentativa de retomar algumas coisas que haviam ficado pendentes. Pessoas da comunidade

3. Cabanos era a denominação dada às camadas populares (índios, mestiços e negros) que se insurgiram contra o governo da Província do Pará no início do século XIX.

havam sido ameaçadas veladamente e o vereador descontente havia agregado em seu entorno pessoas violentas. A diretora da escola, que integrava a comissão, foi substituída por uma professora indicada pelo vereador, o que era prova de sua força política. O próprio IPHAN entendeu que não teria condições de dar continuidade às ações sem o apoio da prefeitura e resolveu esperar por uma ocasião mais propícia. Ficou patente que o governo local, como acontece em outros lugares, não estava disposto a contribuir para o crescimento do poder da comunidade (Pyburn e Wilk, 2000).

Talvez nossa aliança com lideranças locais e a associação de moradores tenha sido equivocada, pois resultou na tomada de uma posição política que foi negativa para a continuidade do projeto. Mas uma posição de neutralidade é difícil de sustentar em qualquer situação e principalmente quando se trata da herança arqueológica, que possui significados diferentes para pessoas diferentes, que já foi muitas vezes usada para a dominação, mas que encerra a possibilidade de conferir poder a grupos subordinados (Funari, 2001; Shackel, 2004). Ou talvez não tenhamos tido a capacidade de lidar com o fato de que a arqueologia “é e sempre foi um empreendimento carregado de conteúdo político” (Pyburn e Wilk, 2000) e temos que assumir nossa parcela de responsabilidade pelos conflitos que se acirraram com nossa chegada.

O projeto de Joanes foi retomado ao final de 2008, sob a coordenação do segundo autor e da arqueóloga Márcia Bezerra (2011). Outra situação política e social agora se desenha e talvez novas soluções possam ser encontradas para os velhos problemas. Mas isso é assunto para outro artigo. *SB*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTH, F. 2000. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: BARTH, F. (Org.), O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio, Contracapa, pp. 25-57.
- BEZERRA, M. 2003a. Muito prazer, eu sou arqueólogo(a): a importância da apresentação da arqueologia para o público. In: Programa e Resumos do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. São Paulo, Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 1.
- _____. 2003b. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a arqueologia pública no Brasil. *Habitus*, Goiânia, 1:275-295.
- _____. 2011. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.*, Belém, 6 (1):57-70.
- BEZERRA NETO, J. M. 2001 A Cabanagem: a revolução no Pará. In: ALVES FILHO, A.; ALVES JÚNIOR, J.; MAIA NETO, J. (Org.), Pontos de História da Amazônia, vol. 1. Belém, Paka-Tatu, pp. 73-104.
- CABRAL, M. P.; SALDANHA, J. D. D. M. 2009. Um sítio, múltiplas interpretações: o caso do chamado “Stonehenge do Amapá”. *Revista de Arqueologia*, Belém, 22(1):115-123.
- COHEN, A. 1974 *Urban Ethnicity*. London, Tavistock publications.
- COSTA NETO, A. N. D. 1986 Prospecção arqueológica em Joanes, Ilha de Marajó (PA). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório inédito.
- FERREIRA, A. R. 1974 *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias. Antropologia. Brasília, Conselho Federal de Cultura.
- FERREIRA PENNA, D. S. 1973 *Obras Completas*. Vol. I. Belém: Conselho Estadual de Cultura.
- FRÜGOLI JR., H. 2003 A dissolução e a reinvenção do sentido de comunidade em Beuningen, Holanda. *RBCS* 18:107-124.
- FUNARI, P. P. 2001 Public archaeology from a Latin American perspective. *Public Archaeology* 1:239-243.
- _____. 2004 Public archaeology in Brazil. In: MERRIMAN, N. (Org.), *Public Archaeology*. London; New York, Routledge, pp. 202-210.
- GREEN, L.; GREEN, D.; NEVES, E. G. 2003. Indigenous knowledge and archeological science. *Journal of Social Archeology* 3:365-97.
- HECKENBERGER, M. J.; KUIKURO, A.; KUIKURO, U. T.; RUSSEL, J. C.; SCHMIDT, M.; FAUSTO, C.; FRANCHETTO, B. 2003. Amazonia 1492: Pristine Forest or Cultural Parkland? *Science* 301:1710-1713.
- HILBERT, K. 2006. Qual o compromisso social do arqueólogo?

go? Revista de Arqueologia, Belém, 19:89-101.

LIMA, A. D. S. 2006. A guerra pelas almas: alianças, recrutamento e escravidão indígena - do Maranhão ao Cabo do Norte, 1615-1647. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade Federal do Pará, Belém, PA.

LIMA, T. A. 1988 Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. Revista de Arqueologia, Belém, 5:19-28.

LITTLE, B. J. 2002 Public benefits of archaeology. Gainesville, University Press of Florida.

LOPES, P. R. C. 1999a. A colonização Portuguesa da Ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na Missão Religiosa de Joanes. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____. 1999b. Levantamento contextual e espacial no sítio arqueológico de Joanes - Ilha de Marajó. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, Relatório Inédito.

MEGGERS, B. J.; EVANS, C. 1957 Archeological investigations at the mouth of the Amazon. Vol. Bulletin 167. Washington, D.C., Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology U.S. Govt. Print. Off.

MENESES, U. B. D. 1984. Identidade Cultural e Arqueologia. Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

NAJJAR, R. 2002 Arqueólogos e comunidade: parceiros ou rivais? Revista de Arqueologia Americana 21:173-190.

PYBURN, A.; BEZERRA, M. 2006 Arqueologia pública em 5 tempi: reflexões sobre o workshop "Gerenciamento do Patrimônio Cultural-Arqueologia", Goiânia, Brasil. In: LIMA-FILHO, M. F.; BEZERRA, M. (Org.), Os caminhos do patrimônio no Brasil. Goiânia, pp. 183-190.

PYBURN, K. A.; WILK, R. R. 2000 Responsible archaeology is applied anthropology. In: LYNOTT, M. J.; WYLIE, A. (Org.), Ethics in American archaeology, 2nd edition. Washington, D.C.: Society for American Archaeology, pp. 78-83.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. 2006 Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária Limeira. Arqueologia Pública 1:63-120.

SANTOS, M. S. D. 1998 Sobre a autonomia das novas identidades coletivas, alguns problemas teóricos. RBCS:13:38.

SCHAAN, D. P. 2006. Arqueologia, público e commodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara. Arqueologia Pública 1:19-30.

_____. 2007 Múltiplas vozes, histórias e memórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico da Amazônia. Revista do Patrimônio: Arqueologia 19-35.

_____. 2009 Paisagens, imagens e memórias da Amazônia pré-colombiana. In: SILVEIRA, F. L. A. D.; CANCELA, C. D. (Org.), Paisagem e Memória. Belém, Edufpa, pp. 7-20.

SCHAAN, D. P.; MARQUES, F. T.; DIAS, S. D. N. B.; GO-MES, R. N.; LIMA, A. D. S. 2006. Preservação, conservação, pesquisa e educação patrimonial no sítio histórico de Joanes. Relatório Final. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Inédito.

SCHAAN, D. P.; SILVA, W. F. D. V. E. 2004. Relatório de visita técnica em sítios arqueológicos localizados na ilha de Marajó: PA-JO-46: Joanes, PA-JO-21: Teso dos Bichos e PA-JO-58: Araçacar. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. Inédito.

SHACKEL, P. A. 2004 Working with communities. Heritage development and applied anthropology. In: SHACKEL, P. A.; CHAMBERS, E. (Org.), Places in mind: public archaeology as applied anthropology. New York, Routledge, pp. 1-16.

SILVA, F. A.; BESPÁLEZ, E.; STUCHI, F.; PONGET, F. C. 2007 Arqueologia, Etnoarqueologia e História Indígena - um estudo sobre a ocupação indígena em territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a terra indígena Kayabi e a aldeia Lallima. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 17:509-514.

SILVA, F. A.; BESPÁLEZ, E.; STUCHI, F. F. 2011 Arqueologia colaborativa na Amazônia: terra indígena Kwaitinemu, rio Xingu, Pará. Amazônica, Belém, 3:32-59.

VIEIRA, P. A. 1992 Escritos instrumentais sobre os índios. São Paulo. EDUC/ Loyola/ Giordano.